

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.448 - SP (2018/0095682-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : SANTA LUCIA URBANIZADORA LTDA  
**RECORRENTE** : OSWALDO LUIZ BENA  
**ADVOGADO** : RAMON DO PRADO COELHO DELFINI CANÇADO -  
SP288405  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : EDUARDO JANZON AVALONE NOGUEIRA E OUTRO(S) -  
SP123199

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação de busca e apreensão convertida em depósito.
2. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por SANTA LUCIA URBANIZADORA LTDA., fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** de busca e apreensão, convertida em depósito, ajuizada pelo BANCO DO BRASIL SA, em face da recorrente.

**Sentença:** julgou procedente o pedido.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

Alienação fiduciária. Ação de busca e apreensão convertida em ação de depósito. Legitimidade passiva. Avalista. O avalista, na qualidade de devedor solidário, é parte legítima para integrar o polo passivo da ação de busca e apreensão. Entendimento

consolidado do Superior Tribunal de Justiça. Orientação aplicável, por analogia, à ação de depósito. Prescrição. Inocorrência. Tratando-se de ação de busca e apreensão convertida em depósito, e não de cobrança ou execução da dívida, o prazo prescricional aplicável é decenal (CC, art. 205). Precedente do STJ. Recurso não provido. Arbitramento de honorários sucumbenciais recursais.

**Recurso especial:** alega violação do art. 206, § 5º, I, do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta sua ilegitimidade passiva. Aduz a prescrição quinquenal da pretensão do recorrido.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da fundamentação deficiente**

Com relação à alegação de ilegitimidade passiva, constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que, quanto à alegada divergência jurisprudencial, a recorrente não indica violação a qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Não é possível o conhecimento do recurso especial fundado no dissídio jurisprudencial na hipótese em que não há a devida indicação de qual dispositivo de lei teria sido ofendido. Isso porque o entendimento do Superior Tribunal de Justiça preconiza que o apelo excepcional sustentado na dissidência pretoriana depende do apontamento do artigo de lei violado, sob pena de incidência da mencionada súmula, como ocorreu na hipótese. Precedentes: AgRg no AREsp 637.381/SP, 4ª Turma, DJe de 02/03/2016, e EDcl no AREsp 806.419/SP, 3ª Turma, DJe de 22/02/2016.

Ademais, verifica-se que entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541,

parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

**- Do prazo prescricional**

O TJ/SP, ao decidir pela aplicação do prazo prescricional decenal à hipótese dos autos, alinhou-se ao entendimento do STJ, no sentido de que nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 do CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, §3º, V, do CC/02, com prazo de três anos. Nesse sentido: EREsp 1.280.825/RJ, 2ª Seção, DJe de 02/08/2018 e EREsp 1281594/SP, Corte Especial, DJe de 23/05/2019.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora